



## **Margarida Sobral Neto, Universidade de Coimbra**

**Título da comunicação:** *A historiografia rural modernista portuguesa: um esboço do “estado da arte”.*

**Resumo:** Constituindo, embora, um tema incontornável para o historiador modernista, atendendo ao peso da agricultura na sociedade do Antigo Regime, a história rural, como campo historiográfico “autónomo”, não constou durante muitos anos da agenda da historiografia portuguesa. As Histórias de Portugal e outras obras da área da história económica, editadas ao longo da última década, integram sínteses relativas a vários aspectos da vida rural, mas não existe uma obra especialmente dedicada a este tema, construída com base nos resultados da investigação produzida nos últimos anos.

Ousando fazer um balanço, diremos que a parte litorânea do país conta com mais estudos do que o interior do país. A exceção a esta regra são as Beiras, o Alentejo e o Algarve, áreas que dispõem de estudos excelentes de história rural. Quanto aos períodos históricos, os séculos XVI e XVII contam com menos estudos do que o XVIII.

A nível temático atrevemo-nos a emitir a seguinte opinião: tendo partido da excelente sistematização elaborada pelo geógrafo Orlando Ribeiro, a investigação tem confirmado e completado o quadro traçado por este autor no que concerne às paisagens agrárias e aos sistemas de cultivo. Conhecemos igualmente as principais culturas – produtos hortícolas, milho, centeio, vinha, olival, pomares – bem como os traços estruturantes da evolução da produção, estando igualmente identificadas as principais crises agrárias que o País viveu dos séculos XVI ao XVIII. Gostaríamos, no entanto, de possuir informações mais precisas que nos permitissem medir o impacto da introdução do milho grosso ou da batata nas economias familiares.

Possuímos, igualmente, escassa informação sobre níveis de produtividade e volumes de produção. Estando muito generalizado, em Portugal, o sistema de cobrança de rendas através de contratadores, e sendo escassos os arquivos de lavradores abastados, este tipo

de informação tem sido obtida a partir de contabilidades monásticas, sobretudo para os espaços de reserva senhorial.

O problema da função e aproveitamentos da propriedade comunitária, bem como a intensa conflitualidade gerada em torno das questões dos direitos de posse e fruição da terra, é um tema sobre o qual tenho escrito alguns artigos. Impõe-se, no entanto, um estudo específico sobre a problemática da floresta – composição, fenómenos de desflorestação e reflorestação – bem como sobre outros recursos naturais, caso da água. Gostaríamos, igualmente, de conhecer melhor a relação entre agricultura e pecuária.

A articulação entre a produção agrícola e o mercado está ainda envolta em zonas de penumbra, sobretudo em espaços afastados do litoral. Num contexto em que os municípios se norteavam por uma política virada sobretudo para o consumidor, condicionando a circulação para o exterior de bens alimentares, não possuímos ainda uma imagem suficientemente clara das vias, dos agentes e dos fluxos de circulação de produtos agrícolas. A clarificação desta temática permitiria ainda explicar a relação existente entre o crescimento das cidades e as possibilidades de garantir o seu abastecimento.

Alguns agentes de comercialização do pão eram, como demonstrou Aurélio de Oliveira, os contratadores de rendas das casas senhoriais, personagens que conhecemos mal, bem como as redes em que se inseriam. A área da história social rural é, de facto, aquela que regista mais lacunas nomeadamente ao nível dos estudos sobre estratificação social, distribuição social da propriedade e apropriação social do produto agrícola, sistemas de transmissão de bens e níveis de fortuna.

Por sua vez, os estudos disponíveis relativos aos movimentos de contestação camponesa – antissenhorial e outros – ganharão consistência com um conhecimento mais profundo do perfil social dos seus atores, bem como das relações de dominação e dependência em que estão inseridos.

As pesquisas em processos inquisitoriais e judiciais, visitas pastorais e escrituras notariais efectuadas com objectivo de estudar processos de modelação de comportamentos têm-se revelado muito ricas no desvendar de um quotidiano camponês que não se deixa surpreender noutras fontes. Nesta área há, no entanto, ainda muito a fazer aproveitando as fontes disponíveis.

Finalmente, a historiografia portuguesa, na área da história rural, carece de estudos comparativos com realidades de outros países.